

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

31) Dentre os princípios que regem as medidas específicas de proteção, nos termos da Lei nº 8.069/1990, relacione a coluna da direita com a da esquerda e depois marque a sequência correta nas alternativas abaixo.

- | | |
|------------------------------------|--|
| (1) Intervenção precoce | () a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada. |
| (2) Intervenção mínima | () a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente. |
| (3) Proporcionalidade e atualidade | () a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente. |
| (4) Responsabilidade parental | () a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida. |

- a) 2 – 4 – 1 – 3
b) 4 – 3 – 2 – 1
c) 3 – 4 – 2 – 1
d) 3 – 1 – 4 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a referida Lei, Capítulo II, Das Medidas Específicas de Proteção

[...]

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

[...]

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

[...]

Fonte:

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

32) Baseando-se na Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo. A seguir, marque a opção com a sequência correta.

- () Quanto à assistência social aos idosos, deve ser prestada, de forma articulada, conforme princípios e normas de legislação pertinente.
- () Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária.
- () No que tange à política de atendimento ao idoso, é obrigação privativa da União, Estados, Municípios e Distrito Federal cumpri-las por meio de ações governamentais.
- () No que diz respeito à confirmação de violência, cabe ao idoso que for vítima registrar queixa ou não em autoridade policial.

- a) V – F – V – F
b) F – F – V – V

c) V – V – F – F

d) F – V – F – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a referida Lei:

A primeira afirmativa é verdadeira: CAPÍTULO VIII - Da Assistência Social - Art. 33.

A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

A segunda afirmativa é verdadeira: CAPÍTULO IV - Do Direito à Saúde Art. 19.

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária [...].

A terceira afirmativa é falsa: TÍTULO IV - Da Política de Atendimento ao Idoso - CAPÍTULO I - Disposições Gerais - Art. 46 A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A quarta afirmativa é falsa: CAPÍTULO IV - Do Direito à Saúde Art. 19.

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 12.461, de 2011)

I – autoridade policial;

II – Ministério Público;

III – Conselho Municipal do Idoso;

IV – Conselho Estadual do Idoso;

V – Conselho Nacional do Idoso.

Fonte:

Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 out. 2003.

33) Considerando Baptista (2000), sobre o estudo de situação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação tomada como problema para o planejamento.
- II. Configura um conjunto de informações estáticas, as quais se constituem em subsídios para decisões referentes às situações enfrentadas.
- III. É caracterizado como momento do processo de planejamento, pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático.
- IV. Reduz a capacidade argumentativa da equipe em sua interlocução com as diferentes instâncias de poder abrangidas por sua ação.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II e III, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I, II, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

As afirmativas I. e III. estão corretas. De acordo com a obra de referência:

(I.) O estudo de situação consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação tomada como problema para o planejamento e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades.

(III.) Como momento do processo de planejamento, é caracterizado pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático: 'sua finalidade é definir uma situação com vistas à intervenção, não simplesmente dar respostas de caráter teórico' (Junqueira, 1971).

As afirmativas II. e IV. estão incorretas. De acordo com a obra de referência:

(II.) No cotidiano da vida profissional, que se dá em uma realidade dinâmica, o estudo de situação configura um conjunto de informações, constantemente alimentadas e processadas, as quais se constituem em subsídios permanentes não apenas para decisões referentes às situações enfrentadas, mas também (IV.) para ampliar a capacidade argumentativa da equipe em sua interlocução com as diferentes instâncias de poder abrangidas por sua ação. [...].

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

- 34)** De acordo com a Portaria Normativa N° 881/MD/2010, é de incumbência dos Comandos das Forças Singulares
- fomentar a realização de encontros nacionais ou regionais como foro de atualização profissional e de aprimoramento de propostas para as diversas áreas de atividade no campo da assistência social.
 - propor ao Ministério da Defesa novos temas da assistência social com o propósito de aprimorar e ampliar as ações dessa área de conhecimento, em benefício do pessoal das Forças Armadas.**
 - promover pesquisas e estudos na área de assistência social visando subsidiar o processo de análise e de proposta de novos programas.
 - acompanhar as ações dos programas de assistência social desenvolvidos nos Comandos das Forças Singulares.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o referido documento:

Art. 8º Cabe aos Comandos das Forças Singulares:

[...]

VI - propor ao Ministério da Defesa novos temas da assistência social com o propósito de aprimorar e ampliar as ações dessa área de conhecimento, em benefício do pessoal das Forças Armadas.

Nas demais alternativas são apresentadas incumbências do Ministério da Defesa.

Fonte:

Portaria Normativa n. 881/MD, de 26 de maio de 2010. Aprova as diretrizes para desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 2010. Seção 1.

- 35)** Relacione a coluna da direita com a da esquerda quanto aos tipos de entidades e organizações de assistência social nos termos da Lei nº 8.742/1993 e das deliberações pertinentes do Conselho Nacional de Assistência Social.

- | | | |
|------------------------------------|-----|--|
| (1) Entidades de atendimento | () | aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social. |
| (2) Entidades de assessoramento | () | aquelas que prestam serviços e executam programas e projetos voltados para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social. |
| (3) Entidades de defesa e garantia | () | aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. |

A sequência correta dessa classificação é

- 1 – 2 – 3
- 3 – 1 – 2
- 2 – 3 – 1**
- 1 – 3 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a Legislação em questão: CAPÍTULO I – Das Definições e dos Objetivos

[...]

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

Fonte:

Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 dez. 1998.

36) Para Iamamoto (2008), a realização de uma análise crítica das demandas profissionais no âmbito do Serviço Social, exige que se considere alguns aspectos, tais como

- I. o fato de que a prática profissional não tem o poder milagroso de revelar-se a si mesma, de modo que ela adquira inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão.
- II. o importante papel da produção da vida real, da produção dos indivíduos sociais, que têm, no trabalho, a atividade fundante, posto que é no mundo da produção que está a fonte criadora da riqueza social e da constituição dos sujeitos sociais.
- III. o privilégio da história, ou seja, é preciso conferir densidade histórica à problemática das demandas profissionais, desse modo, para efetuar uma análise crítica das demandas profissionais, há que atribuir superficialidade histórica à problemática criada.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.**
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a obra de referência, tem-se:

(I.) O ponto de partida para enfrentar o tema é o de que a prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si mesma. Ela adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão.

[...]

(II.) A segunda premissa que orienta a análise é a consideração do primado da produção social. O papel fundamental da produção da vida real, da produção dos indivíduos sociais, que têm, no trabalho, a atividade fundante. Porque é no mundo da produção – e não na distribuição e do consumo – que está a fonte criadora da riqueza social e da constituição dos sujeitos sociais.

[...]

(III.) O terceiro pressuposto é o privilégio da história, por ser ela fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções. Destarte, para efetuar uma análise crítica das demandas profissionais, há que atribuir densidade histórica à nossa problemática.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

37) Baseando-se no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – Lei nº 8.662/93 de regulamentação de profissão, nas suas relações com os/as usuários/as, é dever do assistente social

- a) centralizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à organização dos/as usuários/as.
- b) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.**

- c) concentrar as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, a fim de aperfeiçoar a produção acadêmica sobre a assistência social.
- d) esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre as limitações de sua formação profissional.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Com base no referido Código: TÍTULO III - DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS - CAPÍTULO I

Das Relações com os/as Usuários/as

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

[...]

c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

[...]

h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Fonte:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do(a) assistente social:** Lei n 8.662/93 de regulamentação de Profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

38) Como previsto pelo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – Lei nº 8.662/93 de regulamentação de profissão, analise os itens a abaixo.

- I. É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.
- II. Cabe ao usuário/a determinar se deseja ou não ter sigilo sobre aquilo que lhe diz respeito.
- III. Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- IV. A quebra do sigilo pelo/a assistente social é inadmissível, pois acarreta prejuízo aos interesses do/a usuário/a.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I e III.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o referido Código: CAPÍTULO V

Do Sigilo Profissional

(I.) Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

(II.) Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

(III.) Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

(IV.) Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Fonte:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do(a) assistente social:** Lei n 8.662/93 de regulamentação de Profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

39) Dentre as linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente previstas pela Lei nº 8.069/90, tem-se as campanhas de estímulo

- I. ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar
- II. à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.
- III. à adoção de crianças e adolescentes provenientes de famílias que vivem em situação de miserabilidade.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I e III.
- b) I e II.**
- c) III.
- d) II.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o referido documento: Parte Especial - Título I - Da Política de Atendimento - Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

[...]

(I.) VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e (II.) à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

(III.) Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção I

Disposições Gerais

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do ~~pátrio poder~~ poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Fonte:

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

40) De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), a proteção social deve garantir segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. Assinale a alternativa correta quanto a tais garantias.

- a) A segurança de acolhida deve operar com a provisão de diversas necessidades humanas, sobretudo em contextos que apresentam situações de vulnerabilidades e riscos sociais.**
- b) A autonomia das previsões básicas requer, independente do indivíduo, interferência constante da assistência social.
- c) A necessidade do convívio ou vivência familiar deve ser superada pela autonomia individual.
- d) A segurança de rendimentos é uma compensação do valor do salário mínimo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Considerando o referido documento, a segurança de rendimentos relaciona-se com a provisão de necessidades básicas humanas em determinados contextos. Direitos à alimentação, vestuário e abrigo, imprescindíveis para a vida em sociedade, muitas vezes são comprometidos em virtude de situações de riscos sociais e vulnerabilidades. Nesse contexto, a conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas, representa uma garantia da proteção social. Outra questão que deve mobilizar a proteção social é a importância do convívio ou vivência familiar, uma vez que é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. Se o convívio ou vivência familiar sofrem algum tipo de abalo, cabe à proteção social propiciar instrumentos de garantia ao convívio humano.

Fonte:

Norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2012.

41) Segundo a Lei nº 8.742/1993, assinale a alternativa correta sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

- a) Oferece atendimento especial nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social a jovens vítimas de violência familiar.
- b) Concentra o atendimento em famílias que vivem em situação de risco por conta do uso de entorpecentes.
- c) Integra a proteção social especial, oferecida nos Centros de Referência de Assistência Social.
- d) Consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Considerando o referido documento, o Paif integra a proteção social básica; não se pode falar em termos de concentração do Paif a um tipo de problema específico, mas de trabalho social, nos Cras, com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

De acordo com a obra de referência: CAPÍTULO IV - Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

SEÇÃO IV

Dos Programas de Assistência Social

Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Fonte:

Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 dez. 1998.

42) De acordo com Baptista (2000), no que tange ao estudo de situação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Faz-se por aproximações, a partir das quais é possível refletir, compreender, explicar e expressar juízos frente aos dados da realidade que são apreendidos.
- II. Parte-se de um esboço, de uma imagem organizada, do objeto que vai sendo regressivamente substituída por apreensões cada vez mais complexas.
- III. Realiza-se por digressões sucessivas ao objeto: a progressão é feita em patamares, abrindo, a cada passo, novas perspectivas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Apenas a afirmativa I. está correta. Conforme a autora, o estudo de situação se faz por aproximações, a partir das quais é possível refletir, compreender, explicar e expressar juízos frente aos dados da realidade que são apreendidos.

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

43) Ao refletir sobre as demandas profissionais do Serviço Social, Iamamoto (2008) destaca alguns “temas ocultos”. Temas esses que não vêm sendo prioritariamente privilegiados nas análises do Serviço Social. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses temas.

- a) “A tendência a considerar a sociedade brasileira numa óptica meramente rural”.
- b) “A profissão tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado”.
- c) “A tendência a uma análise economicista das demandas profissionais”.
- d) “A modernidade econômica para o grande capital”.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A autora centra a exposição em torno de alguns “temas ocultos” no debate profissional; temas esses que, segundo Iamamoto (2008) não vêm sendo prioritariamente privilegiados nas análises do Serviço Social.

O primeiro que aponta é que a profissão tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado. A hipótese é a de que as reflexões sobre o fazer profissional têm priorizado a análise da intervenção do Estado, via políticas sociais públicas, e daí extraído os seus efeitos na sociedade. Sendo a compreensão das políticas sociais requisito fundamental para a ação profissional, importa lembrar que não é o Estado que explica a sociedade, uma vez que encontram-se na sociedade civil os fundamentos do próprio Estado. Com isso a autora não pretende negar o papel decisivo que vem desempenhando o Estado no processo de regulação da sociedade civil, especialmente no âmbito da expansão monopolista, em que as funções econômicas e políticas do Estado se encontram estreitamente imbricadas. No entanto, acredita ser imprescindível que se olhe para a sociedade, para o movimento das classes sociais, que têm sido relegados a uma posição de relativa secundaridade no debate do Serviço Social.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

44) Segundo Iamamoto (2008), *a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional*. Por outro lado, *as formas pelas quais se deu (a) aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes*. Na linha da autora, dentre tais equívocos, pode-se destacar

- a) a transferência da militância política para a prática profissional.
- b) o comprometimento com a transformação social.
- c) a criação de um projeto profissional abrangente.
- d) o estreitamento dos vínculos com a sociedade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com a autora, o que importa ressaltar – para os fins da presente análise – é que se a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes.

O encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para a prática profissional, estabelecendo-se frequentemente uma relação de identidade entre ambas, deixando de lado suas diferenças e, assim, impossibilitando a análise criteriosa de suas mútuas relações.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

45) Segundo Iamamoto (2008), *a ampliação e aprofundamento do marxismo no Serviço Social Brasileiro – potencializando os seus resultados teórico-práticos – fez com que seus próprios produtos se revertissem em uma das fontes de sua afirmação no panorama do debate, passando a contribuir em grau considerável na travessia para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social*. A autora refere essa travessia como sendo

- a) o estatuto de uma assistência social eclética.
- b) a cidadania acadêmica do Serviço Social.
- c) a adoção de um marxismo positivado.
- d) a naturalização do processo social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a obra de referência, trata-se da “cidadania acadêmica do Serviço Social”, que se relaciona com a reconceitualização da década de 80 no Brasil.

[...]

Portanto, a ampliação e aprofundamento do marxismo no Serviço Social Brasileiro – potencializando os seus resultados teórico-práticos – fez com que seus próprios produtos se revertissem em uma das fontes de sua afirmação no panorama do debate, passando a contribuir em grau considerável na travessia para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social: a travessia de sua cidadania acadêmica.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

46) De acordo com Baptista (2000), no que diz respeito ao caráter político do planejamento e a necessidade de operá-lo de uma perspectiva estratégica, pode-se afirmar que

- a) o domínio e a orientação do fluxo dos acontecimentos se pautam por um novo sentido de competência: além da competência teórico-prática e técnico-operativa, há que ser desenvolvida uma competência ético-moral.
- b) para que o planejado se efetive na direção desejada, é fundamental que sejam avaliados, sobretudo, o conhecimento e a captura das condições hierárquicas do ambiente em que o planejamento ocorre.
- c) a dimensão política do planejamento decorre do fato de que ele é um processo contínuo de tomadas de decisões, inscritas nas relações de poder, o que caracteriza ou envolve uma função política.
- d) a ênfase deve ser dada nos aspectos técnico-operativos, abnegando, no seu processamento, as tensões e pressões embutidas nas relações dos diferentes sujeitos políticos em presença.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a obra de referência: “A dimensão política do planejamento decorre do fato de que ele é um processo contínuo de tomadas de decisões, inscritas nas relações de poder, o que caracteriza ou envolve uma função política. No entanto, tradicionalmente, ao se tratar do planejamento, a ênfase era dada aos seus aspectos técnico-operativos, desconhecendo, no seu processamento, as tensões e pressões embutidas nas relações dos diferentes sujeitos políticos em presença. Hoje, tem-se a clareza de que, para que o planejado se efetive na direção desejada, é fundamental que, além do conteúdo tradicional de leitura da realidade para o planejamento da ação, sejam aliados à apreensão das condições objetivas o conhecimento e a captura das condições subjetivas do ambiente em que ela ocorre:

[...]. Esta apreensão levou a assumir a importância do caráter político do planejamento e a necessidade de operá-lo de uma perspectiva estratégica, que trabalhe sobre esse contexto de relações apreendendo sua complexidade, enfatizando os ganhos do processo. Desta forma, o domínio e a orientação do fluxo dos acontecimentos se pautam por um novo sentido de competência: além da competência teórico-prática e técnico-operativa, há que ser desenvolvida uma competência ético-política.”

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

- 47) Dentre os princípios da proteção social de assistência social, nos termos do SUAS, pode-se considerar a proteção pró-ativa. Tal princípio representa
- a) o desenvolvimento de uma rede socioassistencial fragmentada às demandas.
 - b) o desmembramento da assistência social de outras políticas do campo social.
 - c) a não submissão do usuário ao princípio de tutela.
 - d) a padronização da proteção social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Além de não estabelecer qualquer vínculo com o princípio da proteção pró-ativa, o que se afirma nas demais alternativas contraria o exposto na PNAS. Não se pode falar em padronização da proteção social, visto que ela é hierarquizada em básica e especial. Nessa mesma linha, o desenvolvimento de uma rede socioassistencial se baseia na territorialidade, a fim de superar a fragmentação da política de assistência social. Por fim, a assistência social, como parte do sistema de bem-estar social brasileiro, articular-se à saúde e à previdência social.

Fonte:

Norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2012.

- 48) Ao citar Lafer (1970), Baptista (2000) observa que, para ultrapassar a concepção de planejamentos enquanto programas ou projetos ocasionais, de prazo limitado, é fundamental assumir a ação planejada como
- a) estímulo para aceitar um determinado momento histórico.
 - b) ferramenta de análise de um contexto limitado.
 - c) política permanente de intervenção.
 - d) teoria para a constatação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a obra de referência: “ Ainda que o planejamento, como um processo contínuo e dinâmico, possa ser resultado desses estímulos, a tendência natural é levar à elaboração de planos, programas ou projetos ocasionais, de prazo limitado, se não forem acompanhados pela adoção consciente da ação planejada como política permanente de intervenção. Portanto, a decisão de planejar, como observa Lafer (1970), é uma decisão política que pressupõe alocação de recursos para sua realização”.

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

- 49) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo quanto aos objetivos, parte constitutiva de um planejamento. A seguir, marque a opção com a sequência correta.
- () Ao propô-los, o planejador afirma a realidade posta e nega a possibilidade de alcance de outra, desejável e possível.
 - () Expressam a intencionalidade da ação planejada, direcionada para algo ainda não alcançado.
 - () Sua definição posterga os resultados esperados, fornecendo o eixo analítico para a escolha de alternativas.
 - () Permite que se reconheça as condições objetivas da situação analisada, em uma dialética de adequação entre ideal/real, intenção/resultado.
- a) V – V – F – F

- b) F – V – F – V
- c) V – F – V – V
- d) F – F – V – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a obra de referência:

A primeira afirmativa é falsa: Ao propor objetivos, o planejador nega a realidade posta – o problema objeto do planejamento – e afirma a possibilidade de alcance de outra, desejável e possível [...]

A segunda afirmativa é verdadeira: Os objetivos expressam a intencionalidade da ação planejada, direcionada para algo ainda não alcançado.

A terceira afirmativa é falsa: A definição de objetivos antecipa os resultados esperados, fornecendo o eixo analítico para a escolha de alternativas.

A quarta afirmativa é verdadeira: Ao propor objetivos, o planejador nega a realidade posta – o problema objeto do planejamento – e afirma a possibilidade de alcance de outra, desejável e possível, dadas as condições objetivas da situação analisada, em uma dialética de adequação entre ideal/real, intenção/resultado.

[...]

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

50) De acordo com Baptista (2000) na linha de Lozano e Martin (1968), no que diz respeito ao equacionamento, enquanto parte constitutiva do processo de planejamento, pode-se afirmar que

- a) a função deve ser exercida pelo planejador de maneira distanciada de suas opções no contexto das relações sociais, pois, diante de um mesmo problema, as pessoas têm diferentes formas de apreensão do real.
- b) se a perspectiva da realidade se faz a partir de um ângulo progressista, o planejador vai percebê-la enquanto fato social subjetivo, tomando o dado como o limite da reflexão.
- c) aumenta a qualidade do processo de adoção de decisões, oferecendo dados suplementares da situação e necessidades que são fundamentais para projeções futuras.
- d) **corresponde ao conjunto de informações significativas para a tomada de decisões, encaminhadas pelos técnicos de planejamento aos centros decisórios.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com a autora: “ Lozano e Martin (1968) afirmam não ser fácil estabelecer a inter-relação necessária entre o elemento técnico (ou de concepção) e o elemento político (ou de decisão) no processo de planejamento. Via de regra, é função específica do técnico o equacionamento e a operacionalização das opções assumidas pelo centro decisório, embora caiba a ele também assumir decisões e implementar ações.

[...]

Nesse sentido, o equacionamento corresponde ao conjunto de informações significativas para a tomada de decisões, encaminhadas pelos técnicos de planejamento aos centros decisórios’ ”.

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

51) Leia o trecho a seguir, de Iamamoto (2008) e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

“A luta pela manutenção do caráter _____ das políticas sociais públicas – em especial a _____ – no seu tripé formado pela previdência, saúde e assistência social – é um desafio que se atualiza no dia-a-dia do assistente social”.

- a) **universalizante / seguridade social**
- b) regulador / seguridade social
- c) dominante / democracia
- d) tutelar / cidadania

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo a obra em questão, trata-se do caráter universalizante, remetendo ao princípio da universalidade garantido pela Constituição Cidadã de 1988.

[...]

“A luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais públicas – em especial a seguridade social – no seu tripé formado pela previdência, saúde e assistência social – é um desafio que se atualiza no dia-a-dia do assistente social”.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

52) Considerando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – Lei nº 8.662/1993 de regulamentação de profissão, quanto aos direitos do/a assistente social, prevê-se a participação em comissões de ética nos locais de trabalho, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais. Tais comissões caracterizam-se pela

- a) **interdisciplinaridade.**
- b) burocratização.
- c) continuidade.
- d) objetividade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo o referido documento: Capítulo II – Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social:

[...]

d- integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Fonte:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do(a) assistente social**: Lei n 8.662/93 de regulamentação de Profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

53) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, prevê-se, dentre os direitos fundamentais à criança e ao adolescente, o de ter acesso aos serviços de assistência social em seu componente especializado, como os oferecidos no(a)

- a) **Centro de Referência Especializado de Assistência Social.**
- b) Centro de Solidariedade Infanto-Juvenil.
- c) Comissão de Assuntos Sociais.
- d) Secretaria de Educação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com a referida Lei: Título II - Dos Direitos Fundamentais - Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

[...]

§ 2o Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.

Fonte:

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

54) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, a participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente pode ser viabilizada pela organização de espaços

- a) **intersetoriais.**
- b) conjunturais.
- c) estruturais.
- d) gerenciais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com a referida Lei: Título III - Da Prevenção - Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

[...]

VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Fonte:

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

55) Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

O enunciado acima trata-se do(a)

- a) atendimento assistencial de risco.
- b) serviço de atendimento integral.
- c) **proteção social especial.**
- d) serviço social de risco.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o referido documento: 2.5.2 Proteção Social Especial

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

Fonte:

Norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2012.

56) Segundo a Lei nº 8.742/1993, dentre as determinações que justificam a concessão do benefício de prestação continuada, tem-se que a pessoa considerada com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Nesse caso, a lei em questão prevê tal impedimento como aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de

- a) 6 meses.
- b) 3 meses.
- c) **2 anos.**
- d) 1 ano.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o referido documento: CAPÍTULO IV - Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social - SEÇÃO I

“Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

[...]

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

[...]

§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2o deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011) ”.

Fonte:

Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 dez. 1998.

57) Quanto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pode-se afirmar que se trata de um sistema público

- a) independente.
- b) participativo.**
- c) centralizado.
- d) contributivo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo o referido documento, tem-se:

Caráter do Sistema Único de Assistência Social – SUAS O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira [...]

Fonte:

Norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2012.

58) Para lamamoto (2008) “Ao se pensar a prática profissional, existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de “práxis social”, ainda que esta se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições”. Ao divergir dessa tendência, a autora considera, para realizar a análise da “prática” do assistente social, a categoria do

- a) pensamento.
- b) trabalho.**
- c) espaço.
- d) tempo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Trata-se da categoria do trabalho, elemento constitutivo do ser social. Em linhas gerais, pode-se dizer que a autora vai problematizar o Serviço Social enquanto um trabalho especializado que contribui na formação de consensos na sociedade, como também considera o assistente social como parte de um “trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho”.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

59) Apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, nos termos de lamamoto (2008), é nela que o Serviço Social tem a base de sua fundação como especialização do trabalho. Trata-se da

- a) profissionalização.
- b) economia social.
- c) questão social.**
- d) desvinculação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Trata-se da “questão social”. Segundo a autora, a partir dela é possível apreender a tensão que se estabelece entre o trabalho coletivo e a apropriação privada dos frutos do trabalho, assim como “múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano”.

Fonte:

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

60) Segundo Baptista (2000), a fim de identificar prioridades de intervenção que possibilitem mudanças significativas, é importante que o planejador supere os limites do enfoque

- a) abrangente.
- b) situacional.**
- c) sistêmico.
- d) estrutural.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo a autora: “O planejador que pretende criar condições para uma intervenção que conduza a mudanças significativas – não apenas na singularidade do seu objeto, mas na particularidade da situação e na universalidade das relações sociais – deve necessariamente procurar superar os limites do enfoque situacional para identificar prioridades de intervenção, adotando uma visão que não reduza a ação à imediatez”.

Fonte:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.